

2

As grafias de Duque de Caxias

Partiremos de um fato econômico contemporâneo. O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens. (MARX, 2014, p.80)

Neste capítulo apresentaremos como procede a produção social do espaço no município de Duque de Caxias, trabalhando com as situações geográficas¹ que dão característica singular ao município. Acreditamos que isso nos levará a compreender as relações que fazem parte desse processo, desvendando assim a produção social do espaço em ato.

O município de Duque de Caxias está localizado em uma área conhecida como Baixada Fluminense², na área do chamado “Recôncavo Guanabariano”. O município também faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Sua extensão territorial é de cerca de 468 Km². Segundo o censo de 2010, sua densidade demográfica era de, aproximadamente, 1.828,51 hab/km², números considerados baixos quando comparados a cidade do Rio de Janeiro. Mas, ao mesmo tempo, considerados altos quando comparado ao Estado do Rio de Janeiro. Não podemos considerar a densidade isoladamente. Devemos relacioná-la com outros fatores, como o grau de urbanização, a posição geográfica, o uso do solo e, no caso de Duque de Caxias, a própria estrutura administrativa.

O município possui quatro distritos: 1º distrito Duque de Caxias, 2º distrito Campos Elíseos, 3º distrito Imbarrê e o 4º distrito Xerém, como pode ser visto na

¹ Pierre George (1969) define situação geográfica como um tipo de correlação de forças analisada a partir do balanço do conjunto de forças e ações que podem ser concorrentes, competitivas, contraditórias ou complementares.

² As definições sobre o que é a Baixada Fluminense são diversas. Neste texto, a definição se aproxima das Unidades Urbanas Integradas a Oeste (UUIO) do Rio de Janeiro pela extinta Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana (FUNDREM) (COSTA, 2008, p.28). A Baixada Fluminense, neste caso, seria a região predominantemente de planícies baixas, situada, em sua maior parte nos compartimentos noroeste e oeste da Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara, concentrando os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis e Queimados. Historicamente pode-se acrescentar, ainda, Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi na divisão administrativa da Baixada Fluminense, dos quais os três últimos municípios, ao lado de Japeri e Queimados, não são contribuintes da Região Hidrográfica da Baía da Guanabara (PRADO, 2000; OLIVEIRA; PORTO; SANTOS JÚNIOR, 1995; GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; CONSÓRCIO ECOLOGUS-AGRAR, 2005, p. 27).

figura 2. Segundo o IBGE, o município de Duque de Caxias é formado por uma cidade (1º distrito) e três vilas (2º, 3º e 4º distritos), que podemos conferir na imagem a seguir:

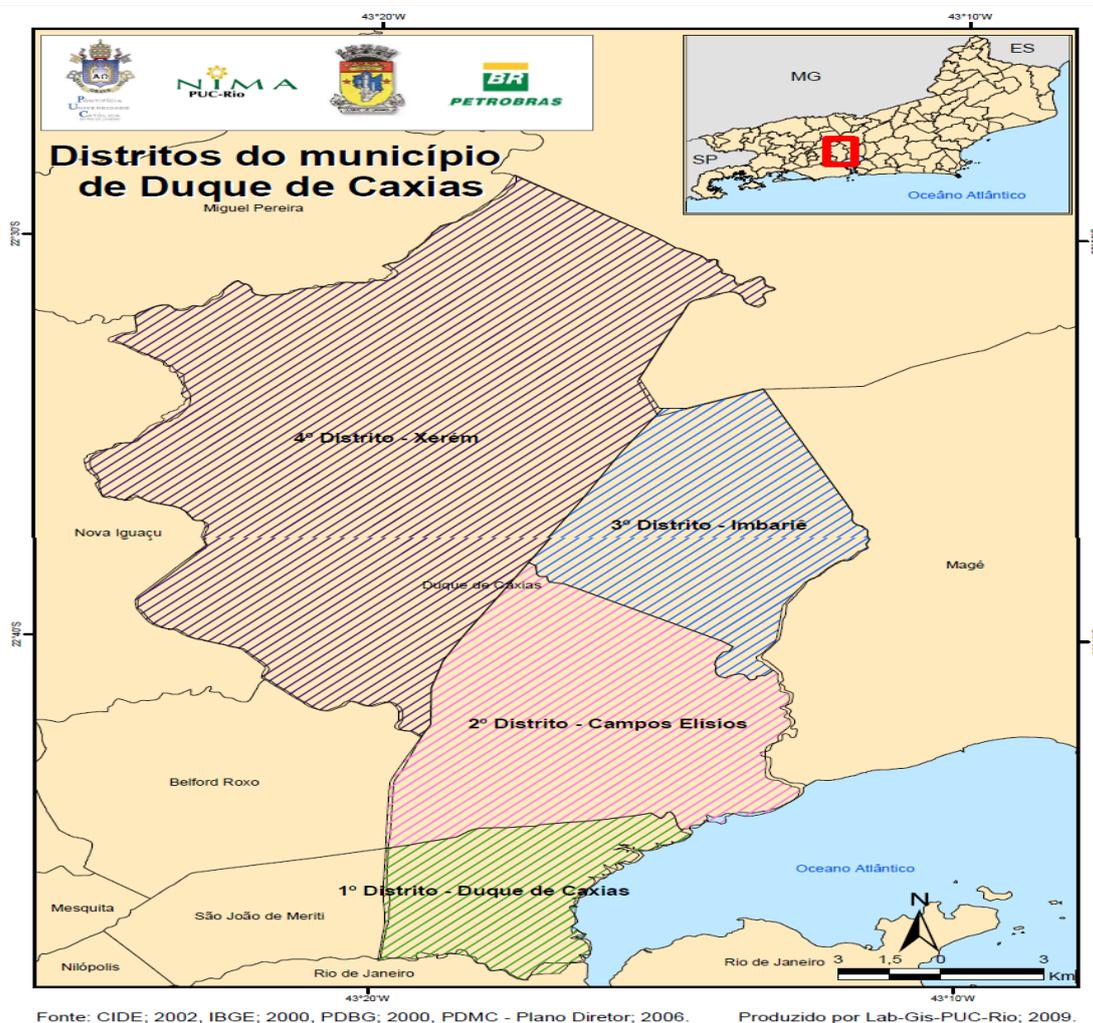


Figura 2 Localização do Município e sua divisão distrital

Duque de Caxias é hoje o terceiro município mais populoso do Estado, tanto em números absolutos, quanto em números relativos. Com cerca de 882.729 habitantes, ficando atrás apenas de São Gonçalo com 1.038.081 de habitantes e da capital com 6.476.631 habitantes, de acordo com os dados do IBGE, o que dá uma certa importância ao município como um grande colégio eleitoral do Estado.

O Censo de 2010 mostrou que o município tem uma população majoritariamente urbana, cerca de 99,66%, tendo em sua população rural apenas 2.910 habitantes. Algumas áreas possuem alta densidade demográfica, como no primeiro e segundo distritos do município, onde a população é considerada totalmente urbana. Já o quarto distrito, que possui a menor densidade

demográfica, tem a maior população rural. De seus 61.129 habitantes, 2.542 moram na área rural, como pode ser visto na figura 3:

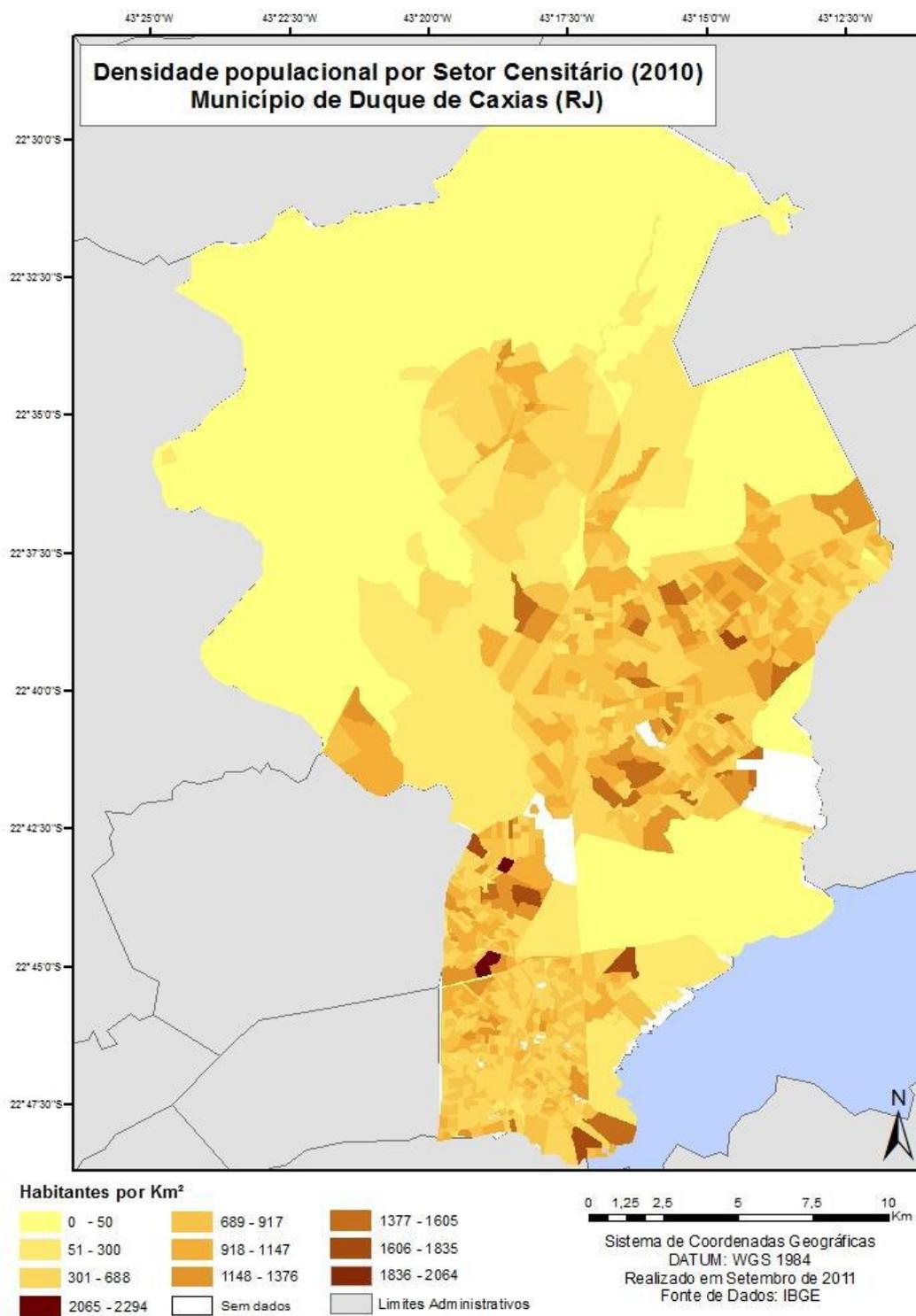


Figura 3: Densidade Populacional por Setor Censitário

Fonte: Atlas escolar do município de Duque de Caxias

O geógrafo Manuel Ricardo Simões, em trabalho publicado em 2007, expõe um fator que pode contribuir para isso:

À medida que se chega mais próximo da Serra do Mar, verificamos a existência de sítios de lazer e destinados à segunda residência, em geral pertencentes a moradores de Duque de Caxias e do Rio de Janeiro, criando mais um vetor de pressão para a expulsão de uma pequena população de caráter rural que ainda se encontra na região, principalmente entre Xerém e Tinguá. (SIMÕES, 2007, p. 231, APUD MAGALHÃES, 2016, p.102).

Segundo o IBGE, no último censo feito em 2010, Duque de Caxias estava na oitava posição nacional e na segunda colocação estadual no ranking do PIB, com os valores de 32 bilhões de reais, onde uma boa parte se deve a chegada de diversas empresas, principalmente a partir dos anos 90. Contudo essa riqueza não beneficia a população como um todo, ou seja o crescimento desigual. O IDH-M³ do município é de 0,711, mas esses números podem servir para mascarar a realidade, como reforça Magalhães:

Através dos censos e outros registros de informações estatísticas é possível construir uma imagem sobre a população. Essa imagem, entretanto, se trata de uma construção social e está muito longe de ser uma informação isenta de parcialidade. As informações produzidas pelos censos inserem-se, por sua vez, em uma complexa teia de relações na sociedade; logo, poderão ser usadas com distintas finalidades, a depender de quem são os atores sociais, a posição em que se encontram e do grau de influência que exercem. (2006, p.117).

O IDH-M foi criado para substituir os cálculos do IDH⁴, mas ambos os índices têm suas limitações, pois, muitas vezes, ignoram os cortes de classe, raça e gênero que existem nos espaços e acabam por serem instrumentos homogeneizadores. O IDHM é mais adaptado as realidades locais. No lugar do

³ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

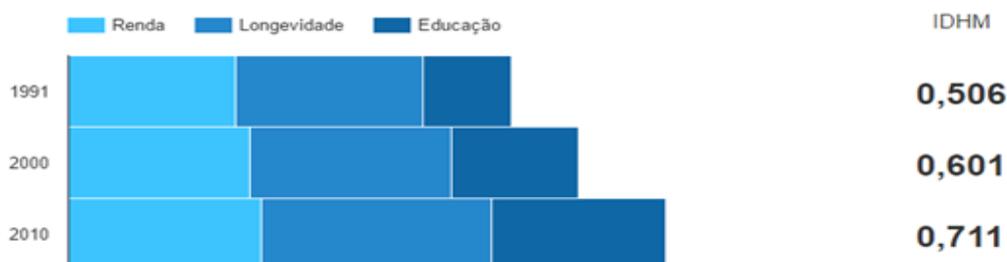
http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador numérico usado para comparar as condições de vida das populações de diferentes lugares. Para chegar ao IDH, são consideradas três dimensões combinadas entre si: a longevidade, a educação e a renda.

Criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1990, visa classificar os países em grupos de alto, médio e baixo desenvolvimento humano. Para isso, o IDH apresenta uma variação numérica que oscila entre zero (0) e um (1). Assim, se o IDH de um país oscilasse entre 0,800 e 1,0, ele era considerado de alto desenvolvimento humano; se houvesse variação entre 0,500 e 0,700 o IDH era considerado médio; se a variação fosse menor ou igual a 0,499, o IDH era considerado baixo.

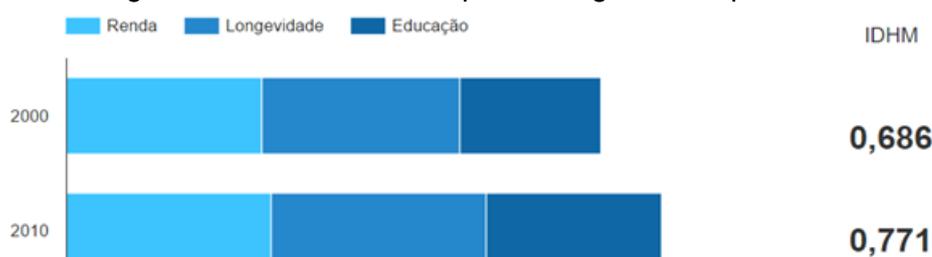
PIB per capita, que mede o valor de riqueza gerada, se utiliza a renda familiar per capita que trabalha com a riqueza “apropriada” pela população, o município tem a pontuação no quesito renda de 0,692, pontuação considerada mediana.

A figura 4 apresenta a evolução de Duque de Caxias nos quesitos do IDH-M enquanto a figura 5 serve para dimensionar os dados de Caxias dentro da região metropolitana.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 5: IDH-M dos municípios da região metropolitana



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 4: do IDH-M de Duque de Caxias nos últimos 25 anos.

Essa evolução apresentada na imagem não reflete a realidade caxiense como um todo. Percebe-se que, nos últimos anos, Duque de Caxias vive um certo aumento de renda e uma redução da pobreza, acompanhando a dinâmica nacional e estadual, mas ainda existe uma grande desigualdade social da cidade. O índice de Gini⁵ do município é de 0,46 que acaba se mostrando menos desigual do que sua metrópole Rio de Janeiro que tem o índice de 0,62.

Os dados gerados pelo Observatório das Metrôpoles reforçam a existência dessa situação de desigualdade. Apesar, do município apresentar um PIB per capita de 28.730 reais, cerca de 33% da população tem renda inferior a 1 salário mínimo. Se somarmos com os que ganham até, no máximo, dois salários chegam-

⁵ O índice de Gini é um instrumento usado para medir grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23

se aos 65% da população caxiense. As condições de vida e renda também se diferenciam através dos distritos. O nível da renda e a cobertura de serviços é bem maior no primeiro distrito do município, mas se comparando com toda região metropolitana se percebe a maior concentração de serviços no município do Rio.

No quesito educação, os índices de alfabetização do município estão superiores ao da média nacional. Neste quesito é utilizado a taxa bruta de frequência escolar e o município teve seu maior crescimento em termos absolutos, como pode ser visto na figura 6.

| | 1991 | 2000 | 2010 |
|---|-------|-------|-------|
| IDHM Educação | 0,320 | 0,458 | 0,624 |
| % de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo | 34,67 | 42,33 | 58,41 |
| % de 5 a 6 anos frequentando a escola | 48,59 | 71,31 | 87,38 |
| % de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental | 36,35 | 57,01 | 81,04 |
| % de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo | 25,04 | 38,04 | 51,33 |
| % de 18 a 20 anos com ensino médio completo | 13,07 | 24,38 | 38,30 |

Figura 6: tabela com IDH-M quesito educação
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Por outro lado, a infraestrutura das escolas da Rede Municipal se encontra em total estado de sucateamento. Uma campanha feita pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação [(SEPE/CAXIAS) que também compõe o FORAS], começou uma campanha (Alexandre abandonou minha escola) para denunciar o abandono das escolas, recolhendo fotos de diversas escolas sucateadas no município. Duas delas podemos ver a seguir nas figuras 7 e 8.



Figura 7 Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo

Fonte: <http://sepecaxias.org.br/alexandre-abandonou-minha-escola/> Data do acesso: 15/01/2017

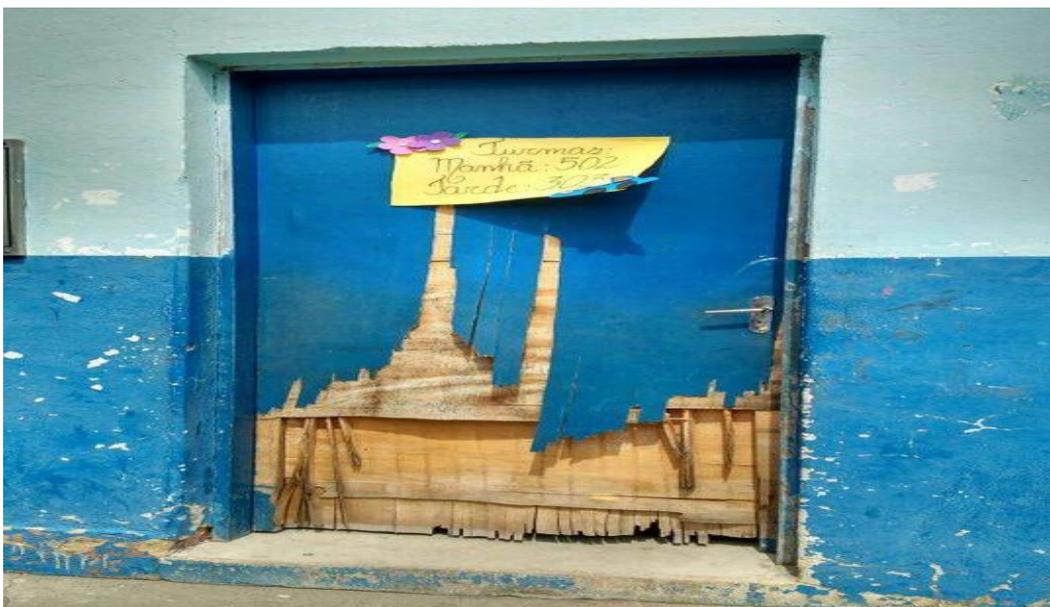


Figura 8: Escola Municipal Wanda Gomes Soares

Fonte: <http://sepecaxias.org.br/alexandre-abandonou-minha-escola/> Data de acesso: 15/01/2017

A longevidade de Duque de Caxias teve uma certa melhora, inclusive cumprindo as metas dos objetivos de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas, que coloca como foco a redução da mortalidade infantil para menos de 17,9 óbitos a cada mil habitantes no ano de 2015, esse que é um dos fatores que mais influenciam na taxa de longevidade. A expectativa de vida, que em 1991 era de 65,2 anos, atualmente a gira em torno de 75 anos, como pode se observar na figura 9:

| | 1991 | 2000 | 2010 |
|--|------|------|------|
| Esperança de vida ao nascer (em anos) | 65,2 | 68,5 | 75,0 |
| Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) | 33,9 | 21,4 | 14,1 |
| Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos) | 38,7 | 24,3 | 15,8 |
| Taxa de fecundidade total (filhos por mulher) | 2,4 | 2,4 | 1,7 |

Figura 9: Tabela com dados sobre a expectativa de vida em Duque de Caxias nos últimos 25 anos.

Fonte PNUD, Ipea e FJP

A população masculina é maior em número de nascimentos, mas com o passar dos anos o número de mulheres ultrapassa o de homens como pode ser visto nas pirâmides etárias na figura 10.

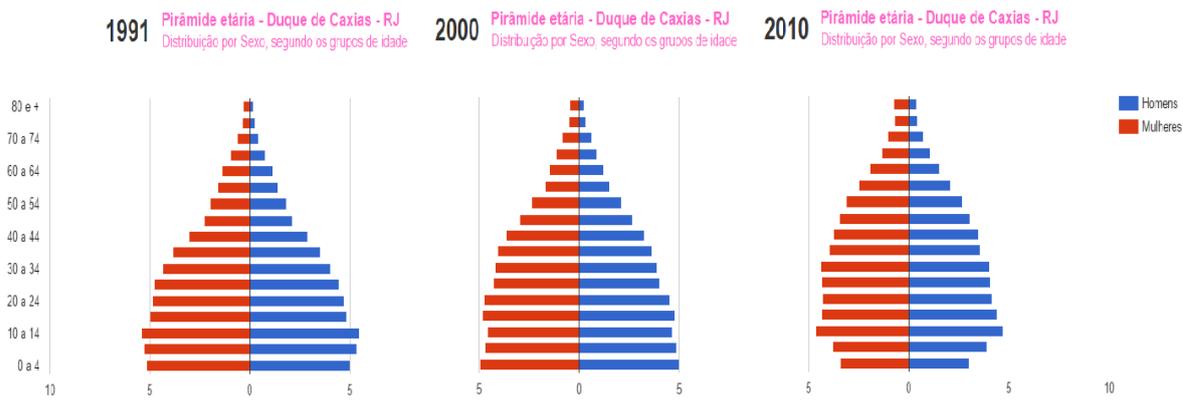


Figura 10: Pirâmide etária de Duque de Caxias dos últimos 25 anos.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Nos anos 2000 a população feminina superava a masculina a partir dos 15 anos. A partir de 2010 isso começa a acontecer a partir dos 20 anos. Isso se deve a certas características presentes em uma cidade periférica com uma alta desigualdade social, onde a população masculina jovem e, em sua grande maioria negra, é vítima direta da violência. Segundo Damiani (1998) “diferentes expressões de violência para com os jovens brasileiros levam ao aumento de suicídios, acidentes e os homicídios decorrentes das ações de grupos de extermínios na periferia pobre”. Cabe destacar que as pirâmides seguem uma tendência nacional.

A população de Duque de Caxias, em sua maioria, é formada por mulheres e afrodescendentes. Contudo, existe também um padrão de desigualdade de gênero e raça. A população negra compõe a maior parte da população que se encontra abaixo da linha da pobreza. Em termos de localização, no Primeiro Distrito estão os menores percentuais da população negra, cerca de 40%. Constata-se assim uma segregação espacial combinada com raça e renda. Segundo Smith (1988), “o desenvolvimento desigual é o produto do desenvolvimento capitalista”.

Os dados sobre população são de grande relevância para uma análise espacial como reforça Raffestin:

Essa informação não é somente útil à organização estatal que vê no habitante um contribuinte e um soldado potenciais; interessa, do mesmo modo, à organização econômica, à empresa, que vê no habitante um produtor e um consumidor potenciais. Seria fácil arrolar aqui o que cada organização vê na unidade abstrata que é o ‘homem estatístico’ do recenseamento. Esse homem estatístico é a unidade de cálculo de todo poder, que está integrado em todos os cálculos estratégicos, seja como soldado, como contribuinte, produtor, consumidor, eleitor, fiel, guerrilheiro etc. Toda relação de poder coisifica o ser humano:

este 'não é', ele é qualquer coisa que se 'tem', que não se tem, que se terá ou que não se terá. Desde então, o recenseamento se torna o balanço de um trunfo e o referencial abstrato das possíveis relações de poder. (1993, p. 75).

O conhecimento sobre a população dos espaços é de extrema importância para a elaboração de estratégias espaciais pelos capitalistas, ao mesmo tempo esse conhecimento pode servir de base para construção de táticas para os movimentos sociais. A própria população faz parte do processo de (re)produção do espaço, sendo muitas vezes vista como condicionante há uma situação geográfica do lugar. Podemos perceber também que o município de Duque de Caxias é apropriado de forma diferente por sua população. O posicionamento das pessoas no município é determinado por uma lógica classista, pois os lugares refletem claramente as diferenças socioeconômicas da população, um exemplo claro se apresenta dentro da divisão distrital do município, onde o Primeiro Distrito recebe mais investimentos tanto do poder público como do privado e os Terceiros e Quartos distritos possuem mais áreas em situação de extrema pobreza.

2.1

As situações geográficas de Duque de Caxias

O município de Duque de Caxias vem recebendo diversos investimentos externos. Mesmo durante um período de crise econômica global, o município ainda consegue atrair tais investimentos. Vivemos a lógica da chamada guerra fiscal, que é uma disputa entre Estados e municípios na tentativa de atrair empresas para seu território. Para isso, se utilizam de suas especificidades. Dentro dessa lógica, nos colocamos a pensar: O que vem a ser uma situação geográfica? E quais são as chamadas situações geográficas que conseguem dar a Duque de Caxias essa capacidade de atração?

Partindo da ideia defendida pelo geógrafo Milton Santos de que o espaço é: "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (Santos, 1999, p.51), que vamos em busca do entendimento das dinâmicas que ocorrem no município de Duque de Caxias. O conceito de situação geográfica aparece como potência para esse entendimento, se apresentando como um recurso metodológico de análise do espaço. A situação geográfica pode ser uma lupa que utilizamos para vermos os movimentos

conjuntos dos sistemas de ações e dos sistemas de objetos. Como reforça Silveira:

(...)podemos reconhecer numa situação geográfica: objetos técnicos, ações, normas, agentes, escalas, ideologias, discursos, imagens, que são diversos no processo histórico e nos lugares. Da combinação desses dados nos lugares decorrem formas de vida concretas e, ao mesmo tempo, poderão ser pensadas formas de vida possíveis. (SILVEIRA, 1999, p.26)

O conceito de situação é um misto (sítio + ação) que consegue dar conta da ideia de espaço enquanto híbrido de materialidade e ações, reafirmando as especificidades locais na busca de entender os problemas da pesquisa. A situação propõe uma síntese de olhares das verticalidades e das horizontalidades historicamente contextualizados. Cabe ressaltar que não necessariamente os objetos e as ações produtores da situação geográfica terão as mesmas intencionalidades ou foram produzidos no mesmo momento. Devido a essa complexidade se faz necessário reconstruir situações do passado, que possam ter produzido as condições para situações do presente.

A situação necessita abrigar de forma coerente dentro de um esquema os conteúdos do espaço. J. Beaujeu-Garnier adverte que “o geógrafo deve escolher os elementos que lhe parecerem fundamentais e, a partir deles, descobrir o complexo de relações.” (J. BEAUJEU-GARNIER, 1971, APUD SILVEIRA, 1999). Pensar o real em cada período histórico, se apresenta como uma necessidade para a construção metodológica. Alguns objetos e ações são considerados mais importantes dentro do processo de construção de uma situação. Para a geógrafa Maria Laura da Silveira (1999, p.24) “a situação nasce, à luz de uma teoria, como um concreto pensado, capaz de incluir o chamado real num prévio sistema de idéias.”.

O conceito de situação já era discutido por Aristóteles, mas estava muito mais relacionado com a posição do objeto. Com o passar do tempo, o conceito foi sendo apropriado pela Geografia. La Blache fala que:

...foi a circulação – de homens, ideias e mercadorias – que rompeu com um suposto determinismo do meio, pois ao permitir complementaridades, as relações de circulação de uma dada situação constituirão o centro das estratégias de adaptação dos grupos humanos. Cada situação varia segundo as técnicas de circulação, com os deslocamentos de homens, recursos e idéias. (La Blache, 1921, Apud CATAIA E RIBEIRO 2015, p.16)

O geógrafo Paul Claval (2011) fala que a situação é um debate clássico também na Geografia, que inicialmente se focava nos estudos do meio, se restringindo a uma perspectiva naturalista. A situação geográfica, tradicionalmente, se apresentava como as relações internas à um sítio somado às ações que se davam sobre ele. Claval (2011) diz que “a análise clássica da situação sempre se caracterizou pela polarização, ou seja, a análise parte de um ponto, de uma região ou de um país em relação ao qual tudo se vincula sistematicamente”. Ideia que não se sustentaria hoje devido à grande complexidade de relações locais/globais. Como reforça Santos (1999) “Nesta aceleração contemporânea parte substancial do edifício local, das horizontalidades, deriva das verticalidades da globalização hegemônica.”. Segundo Claval (2011), Carl Ritter foi o primeiro a romper com a Geografia antiga, associando a análise de situação com o conceito de totalidade. Isso permitiu a vinculação entre o todo e a parte em suas múltiplas escalas, criando condições de se ter uma melhor compreensão da realidade. O conceito de situação serve para melhor analisar os agentes e os processos, os articulando em diversas escalas a partir de um ponto em particular, reforçado por Silveira (1999) quando fala que a situação “é um nó de verticalidades e horizontalidades, uma manifestação provisória do movimento de totalização, para ela a situação geográfica vincula universalidade e particularidade.”.

A situação tem por vocação revelar as particularidades de cada lugar, relacionando essas particularidades com características geográficas resultantes das relações com outros lugares. Para Pierre George (1969) os diferentes lugares que se reforçam ou/e se contrariam são alcançados quantitativa e qualitativamente por diversos elementos e movimentos atuando de forma conjunta.

Pierre George acaba sendo inovador, pois no mundo globalizado as relações se dão em escala global a todo o momento, complexificando, cada vez mais, as dinâmicas espaciais. Nesse mundo globalizado o conceito de situação, segundo George (1969) é “um tipo de correlação de forças analisada a partir do balanço do conjunto de forças e ações que podem ser concorrentes, competitivas, contraditórias ou complementares”.

A geógrafa Maria Laura Silveira (1999) define a situação geográfica como “um conjunto de forças e eventos⁶ que ao se geografizarem mudam a situação

⁶ O evento é um veículo de uma ou algumas das possibilidades existentes no mundo, na formação socioespacial, na região, que se depositam, isto é, se geografizam no lugar. M. SANTOS (1996: 115),

dos lugares e sua relação com o mundo”. E continua afirmando que “A situação é um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais”. Os eventos, com o passar do tempo tem a capacidade de construir novas situações geográficas, mudando o valor dos lugares, criando novas grafias.

K. MANNHEIM define a situação

(...)como uma configuração única - no sentido de que a história produz coisas únicas -, formada no processo de interação entre certas pessoas. Os participantes da situação não têm obrigatoriamente intencionalidades coincidentes explícitas, mas suas atividades possuem um tema comum que define a natureza do seu esforço. (1935, p. 299, Apud SILVEIRA 1999, p.22)

A situação geográfica pode ser vista como um conjunto de variáveis que ao se juntarem se tornam interdependentes e acabam por criar algo novo no espaço-tempo, mas que a todo momento estão em transformação sendo modificada por novas variáveis. Por isso, se faz necessário situar geograficamente e temporalmente as variáveis constituidoras da situação geográfica. Quais são os elementos fundamentais? Assim, partimos deles para tentarmos entender a complexidade das relações. Segundo Brunet,

(...) a situação é a característica geográfica fundamental de um lugar ou de um espaço resultante de sua relação com outros lugares ou espaços. A análise da situação geográfica é vital para apreciar as qualidades de um lugar, pois todo lugar está situado em relação a outros lugares a partir de vias de comunicação e de vizinhança, sobretudo, situa-se em certas malhas e redes que determinam suas características e dinâmicas fundamentais. (1993, p. 520 Apud CATAIA E RIBEIRO, 2015, p.15)

Vejamos como essa categoria, situação geográfica pode ser importante na presente pesquisa. O município de Duque de Caxias, está localizado em uma área estratégica desde os tempos coloniais e hoje se situa no entroncamento de algumas das rodovias mais importantes do Estado e do Brasil, o que torna o município uma zona estratégica para interesses econômicos. “Após a expulsão definitiva dos franceses e da vitória sobre os Tamoios, a coroa portuguesa iniciou o processo de ocupação do Rio de Janeiro, com especial atenção para a área estratégica da Baía de Guanabara” (COSTA, 2016, p.21). Historicamente o município teve uma vocação para a logística e parte de seu desenvolvimento está relacionado com esse setor. (Inicialmente como a principal área de escoamento da produção colonial na região até o século XVI). Como corrobora COSTA:

A grande interligação fluvial com a Baía de Guanabara proporcionou uma crescente prosperidade à região, baseada numa economia de produção agroexportadora de alimentos e de madeira, abastecedora do Rio de Janeiro. Os principais portos localizavam-se nos rios Iguaçu, Pilar, Merity, Estrela e Sarapuí. O porto de Iguaçu, às margens do rio de mesmo nome, era o principal escoadouro colonial. (COSTA, 2016, p. 22)

Durante o ciclo do ouro em Minas gerais, mais uma vez, a área ganha destaque devido a sua localização entre o planalto mineiro e o porto do Rio de Janeiro - na área foram criados os chamados “caminhos do ouro”. O vasto número de rios contribuiu para que a região tivesse essa grande importância no processo de escoamento do ouro. O primeiro caminho, também chamado de caminho do Pilar, foi a primeira grande ligação de Minas Gerais com a Baía de Guanabara, mas esse caminho não apresentava uma boa infraestrutura, devido a esse problema foi criado um novo trajeto, chamado de caminho de Inhomirim. Esse caminho reduzia o tempo de deslocamento e dava ao Porto de Estrela o status de principal porto que ligava com o resto do Rio de Janeiro. SOUZA (2002) Lembra que “A região também adquiriu importante posição para o combate às rebeliões no planalto e para a transferência da fábrica de pólvora, que estaria protegida pela serra e pela mata”.

Com o crescimento da produção de café no Vale do Paraíba durante o Período Imperial, a região do atual município de Duque de Caxias novamente é destacada pela sua importância logística, como destaca SOUZA (2002) “Assim, o antigo núcleo colonial do Recôncavo Guanabarinó confirmava novamente a sua função de interligação, armazenamento, abastecimento e trocas, integrando as regiões cafeeicultoras do Vale do Paraíba ao porto do Rio de Janeiro”. Diversas outras estradas foram criadas, e a partir delas foi ocorrendo melhoras na infraestrutura como aponta SIMÕES (2006) “Obras de drenagem, retificação e pavimentação foram realizadas para melhorar o escoamento da produção cafeeira até os portos de Estrela e de Pilar”.

Durante a República a região também mantém seu status logístico, mas com novas variáveis e novas técnicas que modificaram o espaço, descrito por COSTA:

(...)nos séculos anteriores - os “lugares de memória” se relacionavam às estradas de terra e às vias fluviais que integravam a região à cidade do Rio de Janeiro, - na República - esta característica não se perderia. Os “novos caminhos”, agora abertos por trilhos e asfaltos, continuavam demarcando a história da futura cidade. (2016, p. 27)

Em 1928 é construída a rodovia Rio-Petrópolis (também chamada de rodovia Washington Luiz), que junto com a rodovia Rio-São Paulo, são consideradas as duas primeiras estradas troncos do país. A construção dessas estradas se deu concomitantemente à construção da ferrovia que saía de Bonsucesso até o Gramacho. Nesse momento o até então município de Merity que viria se tornar Duque de Caxias em 31 de dezembro de 1943 e ganhava o status de cidade dormitório, mas que não se resumia a isso, pois na década de 40, próximo à rodovia Rio-Petrópolis começaram a ser instaladas fábricas, criando um importante polo industrial.

A partir dos anos de 1940 se apresentavam indícios de uma disseminação produtiva que estava concentrada na metrópole do Rio de Janeiro, em direção as suas periferias diretas, reflexo de uma divisão territorial do trabalho que devido ao crescimento do setor terciário e uma supervalorização do solo nas áreas centrais da metrópole se criava a necessidade de buscar solos mais baratos, mas que não fossem afastados da metrópole, um processo de descentralização das atividades industriais, mas que ainda mantinham os centros de decisões de poder nas áreas centrais. Em 1942 no atual 4º distrito do município (Xerém), foi construída a Fábrica Nacional de motores (FNM), projeto do governo do presidente Getúlio Vargas que visava a industrialização do País⁷. Xerém tinha uma posição estratégica próximo à rodovia Rio-Petrópolis, “à presença da ferrovia Rio D’ouro, além da proteção proporcionada pelas serras que favorecia o controle de uma fábrica militar voltada para a produção de motores de aviões” (SOUZA, 2002), Pós-Segunda Guerra mundial a fábrica é entregue a iniciativa privada internacional (Isotta-Fraschini e Alfa Romeo), se tornando a principal indústria de veículos pesados (caminhões e ônibus) do país.

Com a abertura de novas vias federais, (Presidente Dutra, Avenida Brasil e Washington Luiz, junto a grande quantidade de terra disponíveis e a disponibilidade de água, em 1957 se inicia a construção da refinaria Duque de Caxias (REDUC) e a Fábrica de Borracha sintética (FABOR) que depois vem a se chamar PETROFLEX. A refinaria deve ser situada no contexto de internacionalização da economia, onde sua principal função é de dar condições de que o capital internacional possa investir no setor de bens de consumo. Ela

⁷ Fábrica Nacional de Motores surgiu em 1939, no período da história brasileira chamado de Estado Novo. O presidente Getúlio Vargas, desejava transformar o Brasil em uma economia industrializada. Data desta época a fundação de empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Nacional de Álcalis (1943), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).
<http://www.xeremdigital.com.br/historia.php>.

passa a ser uma das grandes especificidades do município com grande capacidade de atração para diversas outras indústrias, podemos analisar as empresas, instituições e grupos como participantes de uma situação, esses agentes se materializam edificando suas formas de organização e mudando a dinâmica do lugar, como reforça Silveira (1999) “Inovações técnicas e novas ações de empresas de força diversa, dos vários segmentos do Estado, de grupos e corporações difundem-se num pedaço do planeta, modificando o dinamismo preexistente e criando uma nova organização das variáveis”. Constituiu-se um “complexo industrial que conta com indústrias de grande porte, destacando-se, no quadro estadual, os setores químico, mobiliário, metalúrgico, de vestuário, mecânico, de material plástico e de produtos alimentares” (PLANTEK, 1999, APUD SANTOS, 2016). O complexo é situado no 2º distrito próximo à rodovia Washington Luíz, "...com 128 indústrias, das quais a maior parte ligadas ao setor químico (101, representando cerca de 80% do total), sendo 48 químicas, 37 do setor petróleo e gás, 14 de plásticos e 2 farmacêuticas..." (FEEMA *apud* BREDARIOL, [2000] *in* Raulino 2009, p. 78)

Duque de Caxias passa a ter um caráter estratégico para o país, tanto que durante o período da Ditadura Militar o município é definido área de interesse da segurança Nacional, tanto que seus governantes passaram a ser indicados de acordo com a lei 5449/68. Essas espacialidades são explicadas também pela influência direta do núcleo metropolitano juntamente com as vias de circulação já expostas e reforçada por Capel (2003, APUD FERREIRA, 2014) “os processos de descentralização que se iniciaram no século XIX, reforçados por inovações técnicas (ferrovia, telégrafo, telefone, bondes, ônibus) que permitiam a localização periférica de atividades que antes se situavam no centro urbano”. Cabe ressaltar que o processo de urbanização e industrialização de Duque de Caxias não se deu de maneira igual em todo o território, a maioria dos investimentos ficam concentrados no 1º distrito.

Duque de Caxias mesmo sendo periferia também tem capacidade centralizadora sobre outros municípios da baixada fluminense, por reunir um certo nível de desenvolvimento industrial, o que lhe concede um grau de autonomia frente ao núcleo e com poder de articular outros subespaços ao seu redor, reproduzindo, a organização espacial da metrópole em sua área de influência direta como reforça SIMÕES:

(...) desse modo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias possuem, cada uma delas, a sua centralidade e um território subordinado, onde as relações sócio-econômicas e políticas se instalaram em

meio a conflitos entre os grupos de interesse dos núcleos dominantes e dos núcleos dominados. (SIMÕES, 2006, p. 193).

O setor industrial de Duque de Caxias está concentrado em sua maior parte em Campos Elísios, o 2º distrito, essa concentração se deve principalmente a presença da REDUC, caracterizando uma economia de aglomeração⁸ como podemos visualizar na figura 7. O setor secundário não é o mais forte no município como aponta Tenreiro (2016) “Na verdade, quando adicionamos ao setor de serviços (43,2%) o valor da atividade econômica da Administração Pública (9,8%), o setor terciário passa corresponder a 53% do PIB municipal” Seguindo uma tendência mundial o setor terciário (comércio e serviços) é o que tem um maior crescimento e está concentrado principalmente no Centro (1º distrito), mas o mesmo tem em grande parte seu faturamento estabelecido, por relações com a cadeia produtiva do complexo industrial e principalmente a REDUC, cabe destacar que os royalties da produção da refinaria elevam as receitas do município. O setor primário, por sua vez é o de menor destaque para a economia do município.

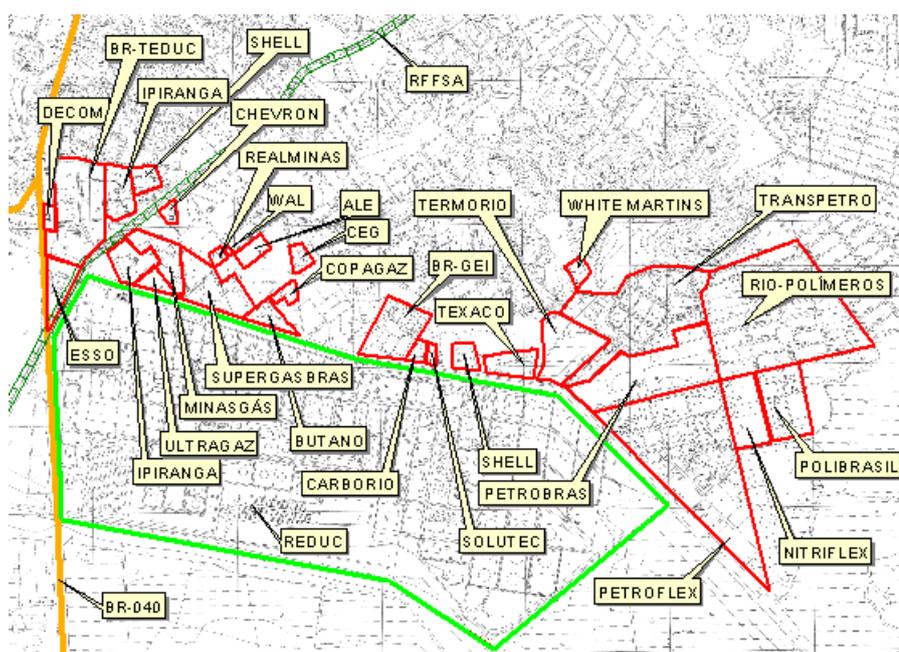


Figura 11: Empresas nas proximidades da REDUC.

Fonte: www.apellce.com.br/mapa_empresas.php - acesso: 25/07/2016.

⁸ As chamadas “economias de aglomeração” surgem quando capitais diferentes se juntam (por exemplo, fábricas de pneus e autopeças localizadas perto de montadoras... Há benefícios quando todas empresas conseguem tirar proveito disso... A aglomeração produz centralização geográfica. Harvey 2016 p. 141

Duque de Caxias ocupa a segunda posição no ranking do setor de serviços, as atividades que mais se destacaram para o crescimento do setor terciário foram transportes (com aumento de 35,5%), serviços prestados às empresas (30,6%) e administração pública (18%) segundo a CEPERJ em 2010. Esse grande destaque para o transporte e prestação de serviços reforça a vocação do município no setor logístico. Cabe destacar também a presença na rodovia Washington Luiz dos polos moveleiro (venda de móveis) e de vestuário reflexo de uma economia de aglomeração em que a presença de determinados estabelecimentos acaba atraindo mais estabelecimentos do mesmo setor. Em 2008 ocorreu a construção do primeiro shopping (Caxias Shopping)⁹ de proporções razoáveis do município e em 2015 a construção do Outlet Premium. Um Shopping que no primeiro olhar parece ser voltado para um público de alta renda (não é tão grande no município) devido às suas lojas de grife, mas que possuem muitas lojas com preços mais acessíveis para a população local, devido aos descontos de até 80% e a venda de peças de coleções passadas que são propostas do shopping.

Existe uma tendência também para a instalação de terminais de cargas vinculadas a empresas de transporte. Os fatores que explicam esse tendência podem ser a proximidade com a metrópole, o fato de ser cortado por rodovias importantes, como a Washington Luiz e a rio Teresópolis, bem como a proximidade com outras vias de extrema importância, como a avenida Brasil, Linha vermelha, Rodovia Presidente Dutra e até mesmo com o aeroporto internacional Tom Jobim, esse fato dota Duque de Caxias de importância locacional do ponto de vista da valorização de seus terrenos, pois tem apresentado potencialidades para instalação de empresas nas margens das rodovias que dão acesso aos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, como ressalta Silveira (1999) “É a ordem, sempre diversa, com que os objetos técnicos e as formas de organização chegam a cada lugar e nele criam um arranjo singular, que define as situações, permitindo entender as tendências e as singularidades do espaço geográfico”

⁹ Inaugurado em novembro de 2008, conta com um mix completo de comércio, lazer e serviços. Um empreendimento diferenciado que reúne âncoras, megalojas e grandes marcas, em uma localização estratégica. No Caxias Shopping, os clientes dispõem de 26 mil m² de área de vendas, distribuídos entre nove âncoras e megalojas (C&A, Renner, Riachuelo, C&C, Casa & Vídeo, Casas Bahia, Ponto Frio, Cine Araújo e Magic Games) e mais 160 lojas, que formam um mix completo. http://www.caxiasshopping.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=3

Adicionemos, nessa dinâmica recente, a construção do arco metropolitano¹⁰, a qual acarreta uma transformação qualitativa na dinâmica dos processos que se direcionam para a cidade. Diversos empreendimentos estão sendo direcionados para as margens dessas rodovias, mas que não se restringem a elas. Para o secretário de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno em uma entrevista para o Forumrio.org¹¹: “É evidente que o Arco Metropolitano traz vantagens logísticas espetaculares para o Rio. A obra contribui diretamente para a atração de investimentos importantes para o desenvolvimento da região, ao ligar porto, ferrovia e rodovia” segundo o secretário, “o Arco Metropolitano é a nova fronteira de desenvolvimento do Brasil”.

O Arco metropolitano fará uma ligação estratégica entre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) no município de Itaboraí, o Polo Petroquímico em Duque de Caxias, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) em Santa Cruz no município do Rio e por fim com o porto de Sepetiba no município de Itaguaí, formando segundo os próprios integrantes do projeto “um novo ABC” pertencendo a região metropolitana do Rio de Janeiro. O arco já é um bom exemplo de como projetos de nível nacional influenciam Duque de Caxias, pois cortará áreas do 3º e 4º distritos do município, respectivamente Imbariê e Xerém, criando um corredor de desenvolvimento que já vem demonstrando suas características com a chegada de diversos condomínios de armazéns que anteriormente eram áreas consideradas de preservação ambiental. Outras rodovias já estão sendo planejadas que visam integrar o núcleo metropolitano. Duque de Caxias será o município mais cortado por essas novas rodovias, como podemos ver nas próximas imagens, que foram apresentadas no grupo de discussão do eixo saneamento básico do plano metropolitano o qual o FAPP-BG¹² (uma das entidades mais ativas do FORAS) esteve presente.

¹⁰ Trata-se de projeto de parceria entre os Governos Federal e Estadual e que objetiva fazer a ligação entre Porto de Itaguaí e a BR 101, em Itaboraí, onde estará situado o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). A Partindo de Itaguaí, o AMRJ cortará os municípios de Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu e Duque de Caxias; no ponto de cruzamento com a BR 040, ele será conectado à BR 116 e seguirá por Magé e Guapimirim, até chegar ao Trevo de Manilha, em Itaboraí. (TCE RJ, 2009, p. 8).

¹¹ <http://www.forumrio.org/ultimas/na-mira-do-arco/>

¹² Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara. <http://fappbg.blogspot.com.br/>

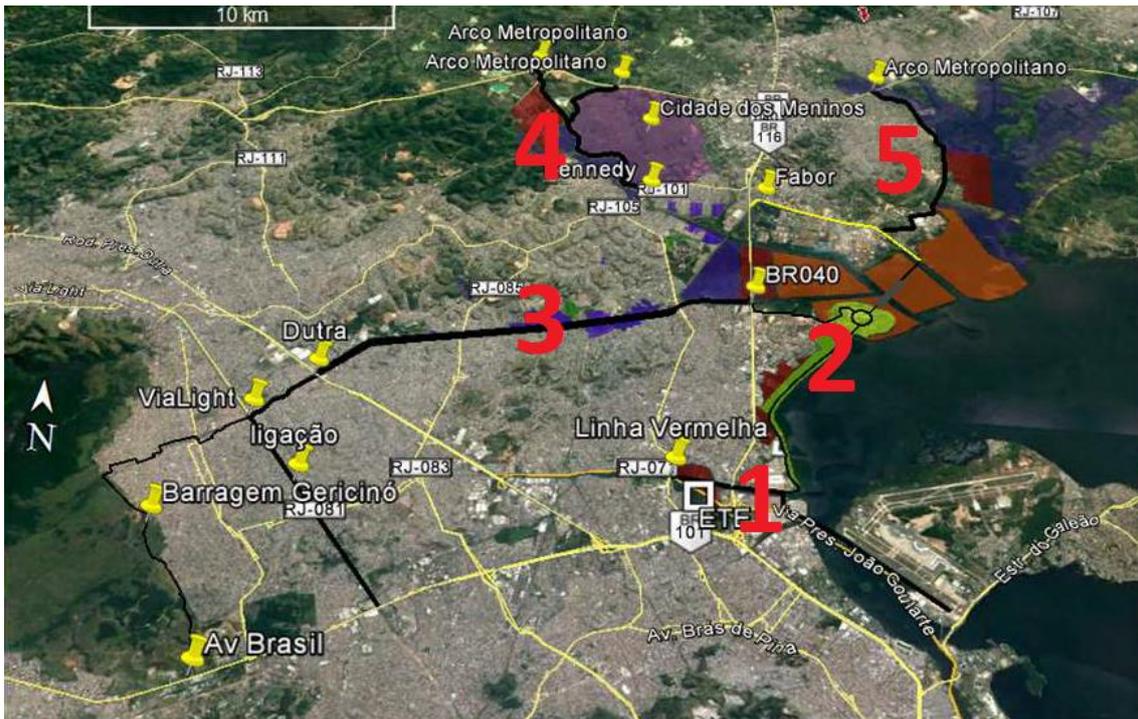


Figura 12: Principais eixos que cortarão o município

Fonte: Modelando a metrópole. Eixo saneamento básico apresentação powerpoint GD



Figura 13: Eixo Galeão-Gramacho

Fonte: Modelando a metrópole. Eixo saneamento básico apresentação powerpoint GD



Figura 14: Transbaixada 1

Fonte: Modelando a metrópole. Eixo saneamento básico apresentação powerpoint GD

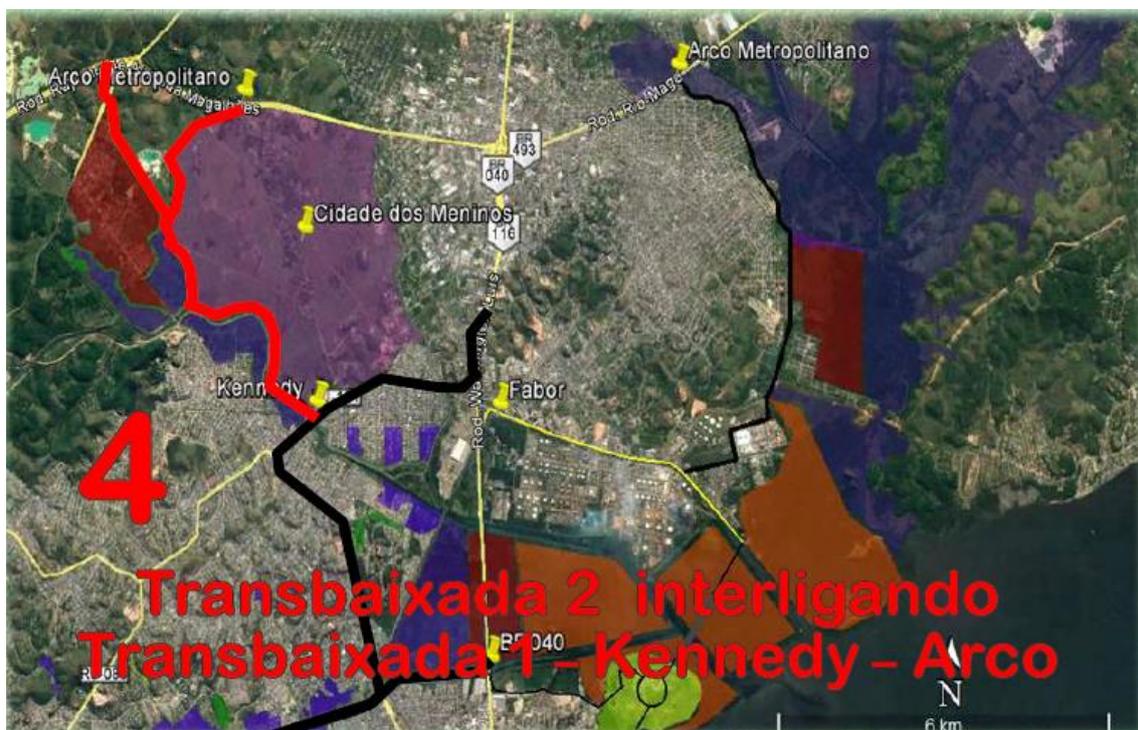


Figura 15: Transbaixada 2

Fonte: Modelando a metrópole. Eixo saneamento básico apresentação powerpoint GD



Figura 16: Ligação REDUC-Arco Metropolitano

Fonte: Modelando a metrópole. Eixo saneamento básico apresentação powerpoint GD

O Arco Metropolitano, está gerando uma reestruturação espacial no município, pois funciona como uma espinha dorsal que possivelmente irá valorizar o solo da região e gerar (dentro de um processo de espraiamento) ao município novas demandas de uso de seus domínios, como por exemplo os condomínios logísticos, shoppings e indústrias, ao mesmo tempo que também poderá desafogar o trânsito no primeiro distrito do município. Assim, reforçamos que sobre a instalação do arco metropolitano os efeitos na organização espacial “já são sentidos, sobretudo, pela antecipação dos setores imobiliários que anunciam inúmeros lançamentos de prédios e condomínios fechados, acreditando no aumento da demanda gerada pelo conjunto dos empreendimentos”. (OLIVEIRA, 2013).

O Arco Metropolitano visa impulsionar a implantação de novos condomínios logísticos, por exemplo a empresa Global Logistic Properties que faz parte do distrito industrial da Codin, localizado em Xerém (quarto distrito de Duque de Caxias), prevê um investimento de 900 milhões de Reais. Outros investimentos em Xerém já anunciados são o centro de distribuição da rede de drogarias Venâncio e uma grande forjaria. Os focos dos investimentos são direcionados a lugares próximos a essas duas rodovias, mais um exemplo é o da empresa Rools-Royce que implantará uma fábrica no bairro Figueira. Outro grande

empreendimento será da Fábrica da Coca-cola que além de se localizar próxima às rodovias, se instalará no Parque municipal da Taquara, onde recentemente foi anunciada a descoberta de um grande aquífero. Segundo análises técnicas da secretária de planejamento, Duque de Caxias foi o município que apresentou maior volume de áreas potenciais para a criação de novos distritos industriais, um total de 26 milhões de metros quadrados. Cabe destacar

Essa nova conjuntura leva as cidades a terem características de uma grande empresa disputando com outras em um mercado financeiro e ao mesmo tempo também como mercadoria, pois é planejada, construída e fragmentada para ser vendida. A partir disso a organização espacial da cidade ganha a função de gerar lucros, o que vem caracterizar, de certo modo, os fáticos planejamentos estratégicos, detalhados por Carlos Vainer (2000).

É nesse sentido, que devemos observar o que nos lembra Lefebvre (2006) que a produção deixa de ser *no* para ser *do* espaço. Isso leva as cidades a aproveitarem e/ou produzirem especificidades que possam dar condições para o capital se realizar e se reproduzir. Convém lembrar que o capitalismo não se limita exclusivamente à produção de mercadorias¹³. Suas estratégias vão além da produção do espaço construído. Há, nesse processo, implicações espaciais, num sentido mais amplo, ligadas ao modo de produção capitalista. Para Lefebvre (1993), “as forças produtivas acarretam não somente a produção das coisas, mas também daquilo que as contêm, a saber, o espaço”. O capitalismo utiliza o espaço como um instrumento para conservar as relações de produção capitalistas, ou mais precisamente, reproduzi-las.

As cidades procuram cada vez mais criarem suas especificidades visando a atração de empresas privadas. Por exemplo, como já apontado anteriormente a bunge uma gigante do Agronegócio, transferiu o Moinho Fluminense para as margens da rodovia Washington Luíz. Duque de Caxias é Escolhe estrategicamente, pois segundo o diretor da empresa Níveo Maluf “ a cidade que ofereceu as melhores condições de atuação e logística para receber a transferência do atual Moinho Fluminense e o Centro de Distribuição Rio, que serão transferidos para uma área de 90 mil metros quadrados”. O diretor também diz que: “A Rodovia Washington Luíz já é conhecida como a esquina do Brasil”. O prefeito da cidade Alexandre Cardoso ressaltou dizendo que: “No futuro a Rodovia Washington Luiz será conhecida como a mãe da logística do País”, reforçando a ideia de que os governantes procuram construir uma marca para suas cidades.

¹³ Lefebvre remetendo-se, a Marx e Engels, diz que a produção deve ter um sentido estrito, ou seja, produz-se coisas; mas também tem um sentido mais ampliado, produz-se espaço.

Os recentes empreendimentos da empresa Rossi Multi e da multinacional Best Western no setor hoteleiro em Duque de Caxias, que foi amplamente divulgado nos meios de comunicação refletem a lógica de o espaço como mercadoria, nas suas peças publicitárias são destacadas as especificidades do município no setor de logística e petrolífero, Duque de Caxias aparece como um novo espaço produtivo para os negócios.

Podemos então apontar situações geográficas que dão certas características singulares ao município de Duque de Caxias. I posição geográfica de ligação entre RJ-MG-SP, II historicamente ter investimentos na área de circulação, III a presença da refinaria de petróleo REDUC, IX proximidade com a metrópole, V grande população, VI ser cortado ou estar próximo de diversas vias importantes. Então, é desta maneira que a situação geográfica permite a compreensão do atual processo de metropolização conjugando distintas escalas, na qual as últimas iniciativas do FORAS, fazem parte desse momento de situação geográfica.

A área central do município também parece estar entre os alvos desse processo de acumulação, a construção do mercado atacadista Assaí na rodovia Leonel de Moura Brizola, a principal rodovia que cruza o centro da cidade fazendo a ligação com outros distritos e mais recentemente o planejamento de construir o Central Park Shopping, na mesma rodovia na área central da cidade. Segundo a empresa ABL Shopping o empreendimento será construído em uma localização estratégica para grandes negócios e a iniciativa de sua construção se deu pelo fato de que em Duque de Caxias ocorreu um crescimento da classe C, segundo a empresa faltam shoppings voltados para esta; outra característica levantada é que a empresa foca seus investimentos em cidades com mais de 500 mil habitantes. Os recentes projetos de shoppings que já foram anunciados pela empresa, serão localizados além de Duque de Caxias, nas cidades de São Gonçalo e Rio de Janeiro, nesta última o novo empreendimento será justamente no antigo Moinho Fluminense que está se deslocando para Caxias. Isso nos leva a entender que a forma como os objetos estão organizados espacialmente levanta a importância de se fazer uma abordagem relacional, concomitantemente à de situação geográfica. O espaço relacional aparece como potência para desvendar a produção social do espaço em Duque de Caxias, uma cidade com essas singularidades, referidas à sua localização estratégica para os negócios do capital, ou de realização do valor.

O papel do Estado, dentro desse processo, tem sido o de dar condições para as ações dos ditos empreendedores, criando condições para que a acumulação se materialize. “A situação não poderá ser definida somente pelos

agentes e sua cosmovisão... mas também pelas formas - materiais, jurídicas, discursivas, simbólicas” (SILVEIRA, 1999, p.6).

Em absoluto, não é o interesse do conjunto da sociedade que está sendo respeitado. Por exemplo, as modificações que estão ocorrendo no trânsito do centro da cidade, já são influenciadas por um empreendimento que ainda não está consolidado e que através da organização dos movimentos sociais, a depender de sua força e da forma como será o combate, não será efetivado. Essas transformações levantam evidências que nos levam a percepção de que o espaço não é neutro, ele é político e ideológico. Essas evidências parecem enunciar uma produção social do espaço onde Duque de Caxias emerge como uma fronteira de acumulação para o capital, credenciando sua situação geográfica ora discutida. É importante destacar que a produção social do espaço em Duque de Caxias se dá em uma lógica diferente de sua metrópole, pois a cidade está inserida periféricamente na lógica de acumulação capitalista, por mais que esses processos criem novas centralidades na periferia, no fundo ele reforça a dependência para com as metrópoles em seus múltiplos níveis, centralizadoras das decisões. Isso reforça que a análise geográfica deve ter uma abordagem relacional multi-escalar, apontando as múltiplas escalas em que o capital opera.

2.2

Duque de Caxias como fronteira para o avanço do capital

O conceito mais recorrente de fronteira na geografia, discretamente se referiu a todo e qualquer limite entre duas nações, tendo sua essência no entendimento nos conflitos de poder, existentes em diversas estratégias como a de ocupação do solo urbano. O conceito historicamente ganhou diversas concepções, a mais conhecida seria a ideia de limite entre nações se utilizando de acidentes naturais (rios, cadeias montanhosas e etc....), mas que não se limita a isso, pois o conceito se manifesta em diferentes escalas como, social, militar, econômica, moral, cultural entre outras. Devemos entender que a fronteira é uma construção social, que tem seu foco na representação, no controle, dominação e organização do espaço.

As diversas construções do conceito de fronteira correspondem as diversas realidades espaciais e temporais, a palavra deriva do latim, que se referia a parte do território situada à frente. Na Grécia Antiga o conceito de fronteira era muito mais ligado a questão divina, como aponta, FERRARI (2014):

As disputas territoriais indicavam uma visão muito clara dos problemas do território. Por exemplo: numa disputa entre cidades gregas, a vencedora removia os marcos sagrados da cidade derrotada e ali construía fortalezas, o que permite distinguir as concepções antigas da fronteira. As delimitações se originavam de “conflitos de interesses (FERRARI, 2014, p.8)

No francês fronteira (fronteire), inicialmente era utilizada pelos militares que se localizavam no front (frente de batalha) para defender o território construindo fortificações, que com o passar do tempo a área seria denominada de fronteira. A ideia Eurocêntrica de fronteira está vinculada a um instrumento de poder, que, por sua vez, também está ligado a dominação do espaço. É na Europa que se refere a ideia de apropriação privada do solo. Isso força necessariamente a criação de fronteiras, a cartografia é utilizada na representação dessa divisão espacial, que reforça a divisão das propriedades privadas que antes eram imprecisas.

No novo mundo, mais precisamente nos Estados Unidos fronteira (frontier), o termo ganha um aspecto mais economicista, pois se referia aos limites entre a “civilização” e o espaço “selvagem” como aponta WAIBEL (1979, p. 281 APUD DIAS, 2016)“...a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira...”. Para Waibel a frente pioneira seria uma parte do espaço que devida a sua configuração espacial é passível de ocupação.

Sobre o conceito de fronteira podemos observar que o mesmo historicamente adquiriu significados diversos e incorporou os elementos que representam as diferentes realidades situadas espacialmente e temporalmente dentro do processo de desenvolvimento (político, cultural, econômico, e de suas técnicas) de diversos grupos, como aponta RAFFESTIN (1993, p.165). “...a noção de fronteira vai mudando a cada período e “desde que o homem surgiu, as noções de limites e de fronteiras evoluíram consideravelmente, sem nunca desaparecerem”.

Essa noção de fronteira, pode ser vista também na realidade brasileira, a chamada fronteira agrícola¹⁴ que se localiza principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em áreas não muito habitadas,

¹⁴ Para o capital, a fronteira agrícola é um espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas a serviço de mercados internacionais e em benefício, ainda que não exclusivo, das empresas que dominam as diversas etapas dos circuitos espaciais produtivos. CARMO GALLO NETTO; *Jornal da Unicamp* Campinas, 17 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 – ANO 2012 – Nº 550

expandindo a produção de produtos agrícolas, gerando assim zonas de conflitos pelo uso do solo.

As fronteiras no ponto de vista economicista, se direcionam para as áreas que oferecem terras “disponíveis”, para acumulação de capital escapando à concepção clássica que considera a estabilidade. Para TROVÃO (1988, p.80) “Fronteira [...] e capital são dois fatores que estão interligados, uma vez que tanto um quanto o outro visam à ocupação e a posse da terra”. É necessário se entender fronteira como área passível de transformações, vinculadas a diversos fatores, sociais, culturais e econômicos, que definem a utilização de recursos e a ocupação do espaço. Para a geógrafa Betha Becker (2007, p.20) fronteira é “...um espaço não plenamente estruturado e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas ...”.

Alguns fatores se destacam nas regiões definidas como fronteiras para a avanço do capital, como por exemplo, áreas disponíveis para ocupação, como diversos recursos (humanos e/ou naturais), que deem condições de criação de demandas para uma expansão geográfica do capital, como reforça Harvey, (2006, P.48) “As demandas para a acumulação implicam em uma *“expansão geográfica”* ou espacial”. A conectividade com outros espaços facilitando a circulação, o momento histórico e suas demandas de produção, e incentivos políticos, todos se apresentam como pré-requisitos para a materialização dessas fronteiras econômicas.

A priori, aqui não defendemos analisar o município de Duque de Caxias e os processos que estão se dando no mesmo, fora de uma escala metropolitana. Nos últimos anos o Estado do Rio de Janeiro vem vivenciando um crescimento econômico, depois de uma grande crise. Esse crescimento cria novas dinâmicas que interferem na organização do espaço, e isso é claramente percebido na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os processos que ocorrem na metrópole se manifestam em toda região metropolitana. Os fluxos de investimentos não se apresentarão de maneira homogênea ao da metrópole, pois a mesma irá concentrar a maior parte dos empreendimentos. Harvey fala que as fronteiras possuem uma certa nebulosidade e também são permeáveis, contudo suas interconexões nos territórios criam uma determinada coerência que a área geográfica pode ser destacada. Duque de Caxias acaba sendo afetada mais rapidamente por essas transformações oriundas da metrópole, criando novos espaços de consumo e novas formas de se consumir o espaço. É importante salientar que mesmo com fluxos de investimentos se direcionando à cidade, as

desigualdades sociais ainda se apresentam como um dos grandes problemas do município.

Analisando o município como uma fronteira, devemos entender que a ideia de fronteira está relacionada a conflitos, esses que degradam a vida das populações locais, principalmente as mais oprimidas. Degradação justificada pela ideia de desenvolvimento (do capital). O poder público em todas suas instâncias na maioria das vezes, existe para dar condições à realização desse processo, se comportando como um grande gerenciador de negócios. O FORAS tenta justamente combater justamente esse alinhamento do poder público com os interesses do capitalista. Um dos momentos desse alinhamento claro foi todo o processo de supressão da vegetação da área a que se pretende construir o shopping. O FORAS, entrou com uma ação na justiça questionando que o corte das árvores se deu antes dos estudos cabíveis serem feitos, mas mesmo assim com a autorização da secretária de meio ambiente do município.

No caso de Duque de Caxias, como já discutimos, especificamente, no projeto de construção do Shopping Central Park se anuncia a sobreposição do valor de troca pelo valor de uso denuncia uma produção social do espaço em ato, a qual se recobre de tensas contradições que nos aprofundaremos em outro momento.

2.3 Duque de Caxias: “cidade-mercadoria”?

Nas últimas décadas o capitalismo passa por uma transformação, onde são criadas novas estratégias de produção do valor nas múltiplas dimensões. O espaço ganha importância dentro do processo de acumulação e reprodução das relações sociais e de produção do capitalismo. Segundo Smith (1988, p.139) remetendo-se a Lefebvre, “... o espaço como um todo tornou-se o lugar em que a reprodução das relações de produção se localiza”. As relações espaciais são geradas “logicamente”, mas tornam-se “dialéticas através da atividade humana no espaço e sobre ele. É este espaço “dialético” e de conflito... que produz a reprodução, introduzindo nele suas contradições”. O modo capitalista de produção para se reproduzir, precisa se ampliar nas diversas escalas. Lefebvre (1999) destaca que o espaço é dominado pelo processo de reprodução capitalista nos anos 1960 (já sinalizara para isto) e ganha importância dentro das estratégias de acumulação. O capitalismo em sua fase monopolista tem intensificado em anos recentes a dominação do espaço e dele se utiliza de diversas maneiras, como por

exemplo os chamados megaprojetos, que estão diretamente relacionados com o mercado imobiliário, se utilizando do espaço para a acumulação de capital, até criando novos valores de uso, mas no fim o valor de troca assume o comando das relações. O Estado tem sua participação nessas ações apenas dando suporte para que esses projetos se concretizem (através de incentivos fiscais e financiamentos por bancos estatais como o BNDES¹⁵). Denunciando como Capital e Estado estão intrinsecamente conectados. O espaço cada vez mais ganha status de valor de troca, suplantando o valor de uso.

Os capitalistas se utilizam do espaço para reforçar sua dominância, como reforça Lefebvre:

(...) não é somente a sociedade inteira quem se torna o lugar da reprodução, mas é o espaço inteiro. Ocupado pelo neocapitalismo, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e, entretanto, fragmentado, esmigalhado, o espaço se torna a sede do poder” (LEFEBVRE 1973, p. 116 apud BOTELHO, 2004, p.23).

A reprodução do espaço é ditada pela lógica privatista, visando a produção de excedentes de capital, o espaço se torna um meio de dominação.

Atualmente as transformações que se dão no âmbito do lugar, tem origem e espaços distantes, as cidades sofrem influências diretas do grande capital internacional e na busca da atração de investimentos, as cidades são colocadas em disputa, criando uma verdadeira guerra entre municípios e estados. O estado cada vez mais se torna um instrumento do grande capital, que por sua vez tem maior poder de decisão de como as cidades devam ser comportar, por exemplo os chamados planos estratégicos¹⁶, que possuem o discurso de atração de investimentos, mas que serve na verdade para acelerar o processo de acumulação de capital. O município de Duque de Caxias que está inserido dentro dessa lógica sofre as consequências desse processo e suas contradições. Como veremos no capítulo seguinte.

Esse modo de pensar a cidade, cresceu no Brasil a partir dos anos 1990, onde se cria uma nova ideia de planejamento urbano, um planejamento que vise a competitividade para assim aumentar sua rentabilidade, a cidade passa a ser

¹⁵ Banco Nacional do Desenvolvimento

¹⁶ “No final da década de 80 e início da década de 90 surgiu um enfoque que, até hoje, vem exercendo grande influência na forma como o planejamento urbano é feito ou, ao menos, recomendado... O planejamento estratégico representou uma transposição dos conceitos do planejamento de empresas para o planejamento urbano (KAUFMAN; JACOBS, 1987), e vem sendo utilizado em várias cidades ao redor do mundo e inclusive no Brasil.” <http://urbanidades.arq.br/2008/05/planejamento-estrategico-de-cidades-parte-1>.

vista como uma grande empresa, ou uma mercadoria¹⁷ que deve ser vendida para quem melhor pagar, a cidade é “posta em leilão”. Cabe destacar que esse modelo que é adotado no município de Duque de Caxias é baseado no modelo utilizado na metrópole Fluminense que, supostamente, “deu certo”. Argumento que não deveria ser válido, pois as relações que se dão na metrópole e em suas periferias se dão com fluxos e intensidades diferentes. Historicamente, sempre funcionaram dentro de uma lógica contraditória do desenvolvimento desigual e combinado e que pode ser transposto para o desenvolvimento geográfico desigual. Caxias aparece dentro desse processo que é simultaneamente relacional e multiescalar. Essas receitas prontas como a do município do Rio que já é uma cópia do modelo adotado em Barcelona servem para camuflar as relações de reprodução e acumulação do capitalismo. Mesmo assim, o modelo é adotado e para isso se criam falsos consensos dentro da população local apresentando esses modelos importados, firmados entre o poder público e o poder privado como o único caminho viável para o desenvolvimento do município, é criada uma ideologia onde o patriotismo pelas cidades é incentivado, levando-os a crer que o melhor projeto para suas cidades é justamente o projeto da classe dominante. O argumento mais utilizado é o da geração de empregos, utilizado por exemplo pela empresa ABL¹⁸. A geração de empregos é um consenso para a população em geral, que é programada para pensar no imediato e no bem-estar individual, incapacitada de analisar o que determinada ação pode ter de benefícios e malefícios. Um dos desafios do FORAS é ajudar na construção de uma alternativa desse modo de olhar o município, como iremos abordar no próximo capítulo.

O modelo de pensar o município de Duque de Caxias no qual se envolve os agentes privados e o poder público estão dentro de uma lógica global que visa intervenções do espaço das cidades, criando relativas especificidades, deixando as mais atraentes objetivando criar um maior poder competitivo dentro do processo de globalização do capitalismo, como aponta Borja e Forn (1996, p.33) “As cidades em competição buscam por todos os meios aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação e difusão”.

¹⁷ Mercadoria é o que se produz para o mercado, isto é, o que se produz para a venda e não para o uso imediato do produtor. KONDER, Leandro. "Mercadoria". In: Marx – vida e obra. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.121-122.

Segundo Marx, APUD Harvey (1973, p:73) “a mercadoria é valor de uso para seu possuidor, somente na medida em que é valor de troca” ou “valor de uso como ativo portador de valor de troca torna-se meio de troca”, isto é, as mercadorias têm um valor de uso que implica valor de troca e que será valor de uso para outros que as possuírem, tanto para consumo, satisfação de suas necessidades, quanto para valor de troca.

¹⁸ <http://www.ndmonline.com.br/noticia/225/novo-shopping-em-duque-de-caxias-deve-gerar-2-500-vagas-de-emprego.html>

Os defensores desse modelo alegam que as cidades devam estar sujeitas as mesmas condições e desafios de uma grande empresa, como aponta Castells e Borja (1996) “Segundo este modelo, cada cidade deveria buscar seu potencial, tornar-se uma cidade competitiva e assumir um protagonismo econômico”. Desse modo a cidade passa a ser vista como ente¹⁹, com consequências que remete a sua reificação. Tratada como coisa, camufla-se ou mascara-se suas tensões e contradições. O espaço urbano se apresenta não só como consequência, mas como condição para esse processo, o espaço urbano se torna essencial para a reprodução do capitalismo, como aponta Carlos:

A cidade é condição geral da produção, o que impõe determinada configuração espacial que aparece como justaposição de unidades produtivas, formando uma cadeia que integra os diversos processos produtivos, os centros de intercâmbio, os serviços e o mercado, além da mão-de-obra (CARLOS,2001, p. 14).

O Planejamento urbano (ou o que se pensa dele) agora tem a função de promover o crescimento econômico, atraindo investimentos que possam dar mais dinâmica as economias locais. O Geógrafo David Harvey define esse momento como a passagem do gerenciamento urbano para o empresariamento. Esse novo modelo de planejamento urbano não visa a resolução dos problemas que afetam os que vivem a cidade, apenas está ligado a otimização dos lucros dos grandes empresários. Os governantes agora são facilitadores para os investimentos privados, criando atratividades locais que possam ser exploradas dentro da lógica capitalista. O Estado é muito importante para esse processo, pois com suas políticas públicas e seus planos estratégicos atua qualitativamente na organização do espaço. Carlos Vainer lembra que Borja e Forn (1996, p.33) defendem que, “a mercadotecnia da cidade, vender a cidade, converteu-se [...] em uma das funções básicas dos governos locais...”. Criar determinadas especificidades para as cidades se tornou parte determinante dos seus planejamentos.

Essa nova cidade, que ganha o status de mercadoria - que precisa de qualquer maneira ser vendida no mercado global, disputando com outras cidades - aponta para uma nova fase do processo histórico de acumulação do capital. Esse processo de mercantilização do espaço acaba sendo um produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, dentro da lógica de globalização do capital.

¹⁹ Ser ou coisa; algo ou alguém que tem uma existência concreta ou cuja existência é suposta.
<https://www.dicio.com.br/ente/>

A parceria entre o poder público e privado é fundante deste processo que segundo Harvey (1996, p. 53) tem “...como objetivo político e econômico imediato muito mais o investimento e o crescimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico”. Para Harvey (2004, p. 190) “isso que recebe o nome de 'alimentar o monstro do centro da cidade'(...) A parceria entre o poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros”. Enquanto isso, a população no geral fica à espera das melhorias que na maioria das vezes nunca chegam. A estratégia para anestesiá-la é pautada principalmente no discurso da geração de empregos e melhoria da qualidade de vida. As classes dominantes através dos governos criam um sentimento patriótico e todos que são contra esse projeto de cidade são taxados de “inimigos” da cidade, aqueles que não querem o progresso e o desenvolvimento, como por exemplo o FORAS. Para Castells e Borja (1996, p. 160) cabe ainda ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de ‘patriotismo cívico’, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro.

Esse modelo de cidade, é subordinada a uma ideia de mundo das classes dominantes, que criam discursos sobre o espaço carregado de intencionalidades, como reforça Sánchez (2001, p. 158) “a construção da imagem da cidade está intrinsecamente ligada às representações e ideias”. São criadas representações do espaço que servem para fortalecer os discursos dominantes, a cidade se torna um produto ligado as leituras dos dominadores. Essa cidade se torna mais do mesmo, com formas repetitivas resultado de ações repetitivas, uma cidade homogeneizada, fragmentada e hierarquizada.

Essa cidade-mercadoria existe apenas para os negócios, os recursos oriundos do poder público são direcionados para criação de infraestrutura, recurso que, muitas vezes, acaba sendo retirado de serviços essenciais para população como educação e saúde. O atual momento do Estado do Rio de Janeiro demonstra isso, onde escolas, universidades, hospitais e outros serviços públicos estão sucateados²⁰, mas um alto investimento ainda é aplicado para a realização

²⁰ <http://www.jogoslimpos.org.br/destaques/custo-da-olimpiada-rio-2016-e-atualizado-para-r-3826-bilhoes/>
<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/em-estado-de-calamidade-rj-entrara-em-2017-com-rombo-de-r-17-milhoes.html>
http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/10/politica/1478799785_114849.html
<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36566996>
<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/crise-vai-afetar-numero-de-turmas-e-turnos-em-escolas-do-rj.ghtml>

das Olimpíadas 2016. Porter (1990) reforça isso dizendo que são as empresas que definem os lugares que receberão os investimentos, a cidade se torna um refém dessas decisões. Gerando um confronto entre as cidades, na mesma lógica empresarial, articuladas em múltiplas escalas.

A cidade-mercadoria não se limita apenas a questão administrativa, é o todo da cidade que é afetado por esse modelo. A cidade não é mais apenas o lugar onde o capital se realiza, pois, se tornou justamente o objeto que permite a reprodução de capital, a própria cidade é a produção, Lefebvre (2006) nos lembra que a produção deixou de ser no para ser do espaço. Lefebvre também sinaliza que esse processo de reprodução do espaço aponta para subjugação do valor de uso pelo valor de troca, denunciando um intenso processo de mercantilização do espaço, essa produção do espaço carregada de contradições acaba por gerar conflitos que se manifestam na vida cotidiana. É Lefebvre (1997) que nos aponta:

As contradições do espaço não vêm de sua forma racional tal qual se depreende nos matemáticos; elas vêm do conteúdo prático e social, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, esse espaço da sociedade capitalista sequer racional enquanto na prática ele é comercializado, fragmentado, vendido em parcelas. É assim que ele é, ao mesmo tempo, global e pulverizado. Ele aparece lógico e ele é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano se descobre que a burguesia tem um duplo poder sobre o espaço: inicialmente a propriedade privada do solo, que se generaliza no espaço inteiro, à exceção dos direitos das coletividades e do Estado – e, secundariamente, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do Estado. Há conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos, e, notadamente, entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global ou estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, fragmentado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais do planejamento e os projetos parciais dos mercadores do espaço” (LEFEBVRE, 1994 p. 54).

Novas formas são colocadas suplantando formas pretéritas (muitas que possam ser carregadas de valor simbólico para parcelas da população), Carlos (1994) sobre a produção desigual do espaço diz que tudo se torna mercadoria dentro desse processo geradas pela necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver. Moradias, áreas de lazer e o próprio ser humano, que podem ser trocadas a qualquer momento, por exemplo remoções que acontecem na cidade do Rio de Janeiro com o argumento de

construção de obras para as Olimpíadas. No município de Duque de Caxias também se observa esse processo em alguns de seus espaços, como já sinalizamos acima. Carlos sobre o tema fala que o mundo deixou de ser do homem e se torna cada vez mais o mundo da mercadoria. Para a autora esse processo cria uma sociedade hierarquizada que produz de forma socializada para consumidores privados.

Sobre o Estado podemos perceber que o mesmo tem um papel crucial na organização espacial, o mesmo é o responsável por criar as condições necessárias para as condições de acumulação e reprodução da sociedade capitalista. O Estado organiza o espaço criando espaços desiguais, como é a realidade no Município de Duque de Caxias, com a distribuição desigual de serviços básicos no espaço do município. O Estado não é neutro (como veremos no capítulo 3) pois, diferencia os espaços criando condições de que as classes dominantes se apropriam de áreas com melhores serviços e infraestrutura que são negados a parcelas menos abastecidas da classe dominada, Corrêa (1989) afirma que:

Esta complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com a racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder (CORRÊA, 1989, p. 25).

O Estado se apresenta como neutro, mas é o principal criador de mecanismos que possibilitam ao capitalismo superar as barreiras para seu desenvolvimento [e a superação de suas contradições dentro da lógica de acumulação (gerando novas contradições)]. As contradições são consequências do próprio modo de como o sistema capitalista se desdobra, como nos lembra Harvey (2016, p. 146) “Periodicamente, o capital tem de romper com os limites impostos pelo mundo que ele próprio construiu, ou corre o risco mortal de se esclerosar.”. Por exemplo, a propriedade privada, que muitas vezes esbarra com os interesses de atores mais poderosos, então, o Estado, através de suas estratégias, ameniza as barreiras ao processo de reprodução do capital, Harvey (2016, p. 147) “O Estado organiza estruturas de administração e governo que, no mínimo, tratam das necessidades coletivas tanto do capital quanto, de maneira mais difusa, de seus cidadãos”.

O Estado, às vezes, acaba se posicionando contra os interesses do capital e a favor de interesses das classes menos favorecidas, mas isso não por vontade de seus gestores, mas dentro de um processo de pressão popular que muitas vezes consegue arrancar essas vitórias, dentro desse processo de luta extremamente desigual, onde os conflitos em tela quase sempre favorecem os mais ricos. Isso serve para lembrar que “O Estado não é uma coisa simples e suas várias ramificações nem sempre são coerentes, embora suas instituições importantes dentro do Estado tenham um papel de apoio direto na gestão da economia do capital” (Harvey, 2016, p. 147).

As transformações fazem com que o espaço seja construído e reproduzido através de uma racionalidade homogeneizadora. Esse espaço se apresenta como produto e ao mesmo tempo com condição para a reprodução do capital. O mercado financeiro (com seus empréstimos, financiamentos) especula e se aproveita desse modelo para alavancarem seus lucros e tudo isso sendo ratificado pela gestão estatal, onde o espaço aparece como um meio de dominação, mas que também pode ser uma condição para a ação política oriunda das classes dominadas, caracterizando mais uma vez o conflito entre a dominação/troca contra a apropriação/uso que se manifestam no cotidiano das cidades.

As diferentes concepções de cidade se chocam e criam um conflito, onde claramente se percebe a disputa de classes pelo uso do espaço, onde a classe dominada luta por melhores condições de vida, luta por um direito de viver a cidade plenamente e do outro lado a classe dominante que se utiliza do espaço para ampliar seu processo de acumulação e reprodução,

Dessa maneira concordamos com Ferreira (2007) quando ele afirma que a apropriação da cidade pelo cidadão está ligada ao valor de uso e àquilo que LEFEBVRE (1991) denominou 'ordem próxima'; a dominação encontra-se ligada ao valor de troca e, também, à 'ordem distante'. É na ordem próxima – e através dela – que a ordem distante persuade e completa seu poder coator. Nesse sentido, de tensão entre a ordem próxima e a ordem distante é que modelos de desenvolvimentos desiguais se dão no espaço urbano.

Esses conflitos são resultantes da contradição gerada por vetores externos que podemos chamar de verticalidades, ligadas a ordem distante, que impõem sua racionalidade homogeneizadora, onde as cidades são vistas como mercadorias a serem exploradas e vendidas, as horizontalidades nascem no lugar, no cotidiano, ligadas a ordem próxima que é onde as verticalidades se realizam, mas ao mesmo tempo é onde a diversidade aparece, onde se criam as resistências, conforme aponta Santos:

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 1999, p. 193).

O que está em jogo é justamente o direito à vida em sua plenitude, o mundo dominado pelo modo capitalista de produção visa dar caráter de mercadoria a tudo. A luta contra esse processo e pela humanidade do homem se dará em múltiplas escalas como afirma Ferreira (2007):

No que tange às escalas espaciais, é preciso “costurar” os particularismos militantes, ativismos sem pretensões mais amplas (mas de grande importância para aqueles que àquilo reivindicam) com ações de âmbito global; ou seja, que levem em conta não apenas os problemas conjunturais, mas também os problemas ligados à estrutura. Embora os movimentos sociais tenham seu nascedouro a partir de problemas que acontecem no lugar, é necessário buscar as conexões com escalas espaciais mais amplas, em um movimento do lugar ao mundial e de volta ao lugar. Esse movimento obriga-nos a, também, pensarmos em escalas temporais de ação diferenciadas; ou seja, estaremos trabalhando com ações de curto e longo prazo (FERREIRA, 2007 p. 5).

A situação geográfica aparece como potência condicionante para as ações políticas, reforçada por Satre (1997) apud CATAIA & RIBEIRO (2015, p.14) que “aponta o paradoxo no qual não há liberdade a não ser em situação, e não há situação a não ser pela liberdade. É somente na liberdade que o mundo desenvolve e revela as resistências que podem impedir a realização de algo projetado...”. Segundo Pierre George (1969, p. 14) O ofício da Geografia é “realizar balanços de ações concorrentes e, muitas vezes, competitivas ou contraditórias, outras vezes, também complementares.”

Os geógrafos têm o papel fundamental nessa luta pois o próprio entendimento sobre as grafias da Terra, ajudam a construir novas grafias. “A geografia tem por objeto definir situações complexas (...) isto confere à geografia o caráter de pesquisa de informação para a ação política” (GEORGE, 1969, p. 14).